



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

PORTARIA Nº 002
07 DE JANEIRO DE 2026

“Dispõe sobre a designação do Fiscal de Contratos para o exercício financeiro de 2026, no âmbito da Câmara Municipal de Porto Murtinho – MS, e dá outras providências”

SIRLEY PACHECO, Presidente da Câmara Municipal de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO a previsão do artigo 117, da Lei Federal 14.133/2021 acerca da necessidade de designação de fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados por meio de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

CONSIDERANDO a Resolução TCE/MS nº 088/2018, que dispõe sobre o manual de remessa de informações, dados, documentos e demonstrativos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, normatização a gestão dos contratos no âmbito dos municípios.

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores para executar as funções de Fiscal de Contrato da Câmara Municipal de Porto Murtinho - MS, no exercício financeiro de 2026, nos termos do art.117, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais normativos legais pertinentes.

a) Titular: **Carmem Rodrigues**, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Administrativo, símbolo ADM, padrão III.

b) Suplente: **Marisa Gabrielly Sanabria Acosta**, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Legislativo, símbolo ADM III.

Parágrafo único. O fiscal de contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Rua Doutor Costa Marques, 400 - Centro – Porto Murtinho

Fone: (67) 3287-1277



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

Art. 2º Os contratos administrativos firmados devem prever cláusula específica tratando da indicação do fiscal especialmente designado para acompanhar e fiscalizar cada um dos instrumentos contratuais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de julho de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Murtinho – MS, 07 de janeiro de 2026.

Sirley Pacheco

Presidente da Câmara Municipal de Porto Murtinho/MS